

## AZULEJARIA PORTUGUESA E A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: INTERPRETAÇÃO DE FONTES PATRIMONIAIS ICONOGRÁFICAS POR ALUNOS DO 1º E 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Nunes, Gisela<sup>1</sup>; Solé, Glória<sup>2</sup>

Universidade do Minho  
e-mail: 2lip@sapo.pt

IE - Instituto de Educação  
Universidade do Minho  
e-mail: gsole@ie.uminho.pt

**LÍNEA TEMÁTICA DEL SIMPOSIO:** Línea 2, Educación patrimonial

**RESUMEN:** O presente estudo empírico enquadra-se na linha de investigação em cognição histórica e visa analisar as concepções de crianças sobre consciência histórica e patrimonial a partir do uso de fontes patrimoniais, com destaque para o património azulejar. A investigação, realizada em contexto de intervenção pedagógica supervisionada em duas escolas urbanas do Norte de Portugal (Escola do 1º Ciclo e Escola do 2º Ciclo) - implementada numa turma de 25 alunos do 3.º ano (8-9 anos) e numa de 25 alunos do 5º ano (10-11anos) - a par das preocupações pedagógicas, pretendeu dar resposta às seguintes questões de investigação: “Como interpretam os alunos a evidência nos painéis de azulejo?” e “Que valor atribuem ao azulejar no contexto do património local e nacional e que eventual relevância teve este projeto nessa valorização?”. Pretendeu-se sobretudo perceber: a) que inferências e deduções realizam os alunos quando interpretam fontes iconográficas, com enfoque em painéis de azulejo; b) que relações estabelecem entre a evidência produzida e os conhecimentos históricos que possuem; c) a consciência patrimonial no pensamento destes alunos; d) e se é possível desenvolver ou despertar essa consciência, com sucesso, nesta fase de escolaridade, confrontando as crianças com questões sobre preservação do património. Ao longo das intervenções pedagógicas programadas para a sua persecução, os alunos realizaram várias tarefas com aplicação de vários instrumentos para a recolha de dados: ficha de levantamento de concepções prévias, fichas de trabalho e de metacognição; atelier de trabalho; e visita de estudo a sítios/monumentos com painéis de azulejos em Braga. Este estudo permitiu concluir que o uso desta tipologia de fonte patrimonial (o azulejo) no ensino-aprendizagem de História contribui para a promoção de competências de literacia visual, para a construção de pensamento eminentemente histórico, como meio de aprendizagens significativas de conteúdos de História e de outras áreas como a Matemática e as Expressões Visuais, surgindo como instrumento didático e/ou tema transversal potenciador de um ensino interdisciplinar e abrangente, e de uma consciência histórica, patrimonial e cívica emergente.

**PALABRAS CLAVE:** Educação Patrimonial; Consciência Patrimonial; Evidência Histórica; Fontes Iconográficas; Azulejos Portugueses

**ABSTRACT:** This empirical study fits within the historical cognition researches and aims to analyze the children's concepts about history and heritage awareness from the use of heritage sources, with emphasis on Portuguese tile's patrimony. The research, carried out in a supervised pedagogical intervention context of urban schools from Northern Portugal - applied in a class of 25 third-grade students (8-9 years) and in another of 25 fifth-grade students (10-11 years) – intended, in addition to pedagogical concerns, to address the following research questions: "How do students understand the evidence in tile panels?" and "What value do they attribute to tiles in the local and national heritage context and what possible relevance had this project in that valorization?". Mainly, it proposed to realize: a) what inferences and deductions do students do when they interpret iconographic sources, focusing on tile panels; b) what connections do they make between the produced evidence and their historical knowledge; c) the heritage awareness in these students mind; d) and if it is possible to develop or awaken this awareness, successfully, at this stage of schooling, confronting children with questions about heritage preservation. Throughout the planned pedagogic interventions concerning this study, the students performed several tasks that included instruments for data collection: inquiries for analysis of previous conceptions; regular and metacognitive worksheets; workshops; and field trips to sites/monuments with tile panels in Braga. This study allowed to conclude that the use of this type of heritage source (the tile) in teaching and learning History contributes to a visual literacy skills promotion, and an highly historical thinking construction, as an approach for meaningful learnings of History contents and other areas such as Mathematics and Visual Expressions, appearing as a didactic instrument and/or cross-cutting issue that can develop an interdisciplinary and comprehensive education, and an emergent historical, heritage and civic awareness.

**KEY WORDS:** Heritage Education; Heritage Awareness; Historical Evidence; Iconographic Sources; Portuguese Tiles

## INTRODUCCION

A presente investigação resulta da implementação de um Projeto de Intervenção Pedagógica no 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico (alunos de 6 a 12 anos) orientado e supervisionado pela Professora Doutora Glória Solé, que obedece ao plano de estudos do 2º ano do ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre em Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico, da Universidade do Minho. Neste estudo procurou-se conciliar uma intervenção com pertinência pedagógica - assente nos aspetos que foram ganhando relevância nas semanas de observação em contexto de sala de aula - com uma recolha de dados com conveniência investigativa, incidente em dois pilares de interesse: a) evidência e fontes patrimoniais iconográficas (os azulejos); b) consciência/valorização/educação patrimonial.

Relativamente ao primeiro ponto, se por um lado se tentou proporcionar aos alunos do 3.º ano (8-9 anos) e do 5.º ano (10-11 anos) de escolaridade, inserido num modelo tradicional de ensino, momentos nos quais pudessem desenvolver mecanismos de raciocínio inferencial e crítico, com autonomia, construindo os seus próprios conhecimentos tendo por base fontes iconográficas; por outro lado desenvolveram-se, simultaneamente, instrumentos de recolha de dados que pudessem responder às questões investigativas: a) "Que inferências e deduções realizam os alunos quando interpretam fontes iconográficas?" e b) "Que relações estabelecem entre a evidência produzida e os conhecimentos históricos que possuem?". O facto de o elemento iconográfico utilizado ser uma fonte patrimonial – o azulejo – está diretamente relacionado com o segundo pilar de interesse, na sequência do qual se procurou abrir uma janela que possibilitasse

aos alunos – na sua grande maioria desconhecedores do vastíssimo património que a cidade encerra - um olhar atento, focado e valorativo sobre o património local. Em simultâneo com estas preocupações de natureza pedagógica, criaram-se instrumentos que pusessem a descoberto a existência ou não de c) consciência patrimonial no pensamento destes alunos do 3º ano do ensino Básico e que respondessem à questão d) “É possível desenvolver ou despertar essa consciência, com sucesso, nesta fase de escolaridade, confrontando as crianças com questões sobre preservação do património?”

Para além disso, o estudo pretendeu, igualmente, no universo de atuação que é a educação patrimonial, focar e destacar a paleta de vantagens de utilização dos painéis de azulejos como instrumento, recurso, tema ou projeto pedagógico: a possibilidade de desenvolver competências de literacia visual; de fazer surgir e consolidar processos de pensamento histórico; de potenciar aprendizagens significativas de conteúdos nas diferentes áreas curriculares do 1º ciclo, com a possibilidade ainda de articular essas áreas em torno do mesmo tema e, simultaneamente a todos os pontos referidos – e talvez possa ser esta a maior vantagem relativamente a outras fontes iconográficas – ser o motor de desenvolvimento ou nascimento de uma consciência histórica, patrimonial e cidadã.

## MARCO TEÓRICO

### PATRIMÓNIO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E VALORIZAÇÃO

São considerados património, ou património cultural, todos os bens, materiais e imateriais que, sendo testemunhos “portadores de interesse cultural relevante”, espelham a “memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (art.2º, Lei nº107/2001) ou ainda que se constituem como pilares da identidade e da memória coletiva portuguesas.

Atualmente o referencial legislativo em Portugal é a Lei nº107/2001 que “estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”, também em consonância com as deliberações da Constituição da República Portuguesa (art. 78º).

Ainda que a proteção do Património possa ser garantida pelas entidades públicas ou privadas, a questão da valorização implica necessariamente envolver os cidadãos, quer como interlocutores de uma educação patrimonial quer como elementos com poder decisório, com direitos e com deveres. A Carta de Cracóvia, ratificada em 2000 e que estabelece os princípios para a conservação e o restauro do património construído destaca a expressão “comunidade” como espaço decisório e adverte que “Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património [...]” e segue frisando que, ato contínuo, é igualmente em cada comunidade que se “desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos [...]”(Carta de Cracóvia, 2000)

Quer a consciência do passado quer a consciência da importância da preservação do património estabelecem necessariamente pontes com a presença de uma educação histórica e patrimonial. Não é por isso de estranhar que a mesma Carta (2000) sublinhe a necessidade de formação e educação em património cultural lembrando adicionalmente que esta “exige a participação da sociedade e a integração da temática nos sistemas nacionais de educação a todos os níveis”.

Para Manique & Proença (1994) “A temática do património cultural é quase obrigatória nos dias que correm”. (p.54) e a escola deve ser capaz, a este propósito, de desenvolver não só competências investigativas como sensibilidade e competências de cidadania. No primeiro ciclo, apesar de não ser um tema central, a educação patrimonial e a sensibilização para a preservação fazem parte dos conteúdos do Programa. Nele pode ler-se que os alunos deverão ser capazes de “Reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação.” (M.E. (2004) Programa 1º Ciclo – Estudo do Meio, p.104). As metas para o 2º ciclo, porém, deixam cair a questão da valorização e atêm-se ao processo de conhecimento (MEC Metas Curriculares 2º Ciclo, História e Geografia de Portugal). Mas tal como refere Barca (2003), existe um risco de alienação das memórias coletivas, provocado pelo fenómeno de globalização – risco esse potenciado pela fraco incentivo ao conhecimento e valorização do património local pelos agentes educativos mais próximos. Nesse sentido nunca é de mais relembrar que:

“(...) a imagem e o contacto directo adquirem (...) uma importância decisiva na formação dos homens. Importa por isso conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências. A sobrevivência destes testemunhos não estará assegurada se a necessidade da sua protecção não for compreendida (...) especialmente pelas gerações mais jovens que terão amanhã responsabilidade sobre eles”.

Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975

Helena Pinto (2011) e Solé (2014) realçam igualmente o papel educativo do património no ensino da História defendendo que “a utilização, como fonte histórica, de fontes patrimoniais ligadas à História Local poderá possibilitar a utilização de metodologias para uma aprendizagem significativa” (Pinto, 2011; p. 3) sendo por isso necessário desenvolver competências através de experiências de aprendizagem “que lhes permitam pensar o espaço - observar, questionar, procurar informações, comunicar ideias” (p. 4), comparar, avaliar, interagir (Solé, 2014). Para além disso, um debruçar investigativo sobre o património azulejar local, como objeto/tema/projeto pedagógico com alunos do 1º Ciclo, numa ligação desejavelmente harmoniosa entre “lúdico e o cognitivo” (Barca, 2003, p.101), a par das questões motivacionais que envolvem o contacto próximo com a fonte (Pais, 1999) potencia também o fortalecimento da identidade pessoal e social (Roldão, 1995).

Alguns estudos, nomeadamente os que se focam na Educação Patrimonial em Portugal (Rodrigues, 2010; Pinto, 2011; Oliveira, 2012), têm demonstrado que as fontes patrimoniais são evidências potenciais para a construção do conhecimento histórico pelos alunos, revelando estes pensamentos e ideias a diferentes níveis de progressão. A Educação Histórica assumiu o compromisso de compreender e monitorizar essas ideias que as crianças, jovens e adultos vão construindo sobre a história, essencialmente com o propósito de promover um pensamento histórico com sentido para a vida (Lee, 2001; Barca 2000, Barca & Solé, 2012) e essa análise implica necessariamente uma ancoragem na Epistemologia da História, ao nível da consciência histórica (Rüssen, 2010) e na investigação já existente em Educação Histórica nomeadamente a produzida no âmbito do projeto “Consciência Histórica: Teoria e Práticas” coordenado por Isabel Barca com a participação de vários colaboradores (Castro, Gago, Magalhães, Simão, Dias) e a nível internacional, em que destacamos vários investigadores no Reino Unido (Ashby, Lee, Shemilt), nos Estados Unidos (Barton e Levstik), Canadá (Seixas), Espanha (Cercadinho).

## AZULEJO: PATRIMÓNIO ARTÍSTICO E IDENTITÁRIO

O azulejo encontra o seu nicho conceptual no Património histórico-artístico móvel que inclui também a talha dourada, a pintura, a paramentaria, a escultura, a ourivesaria, o mobiliário (Serrão, 2009), utensílios, tecnologia e matérias-primas, meios de comercialização e transporte (Mendes, 2015), entre outros. No entanto, à luz da complexidade que encerra (que contribui também para o seu fascínio), o azulejo, mais do que qualquer um dos exemplos adiantados de património móvel, para além de sofrer influências estéticas de conteúdo dessas artes - sobretudo ourivesaria, pintura e escultura – e de, por força da corrente Barroca em Portugal, ter uma especial e improvável dinâmica com a talha dourada; esta peça de cerâmica estabelece ainda um diálogo estreito com património arquitetónico (Património histórico-artístico imóvel), não podendo, por vezes, neste caso, a análise de uma tipologia de Património ser dissociada da outra. Existe ainda, dentro do Património histórico-artístico móvel, uma categoria mais específica de artes decorativas que exclui da sua listagem, por exemplo, a pintura, e a escultura (Mendes, 2015).

O azulejo, nas suas diferentes configurações, constitui-se como uma espécie artística que pode ser classificada “como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal” (Lei 107/2001). sendo que os bens de interesse nacional são designados de “tesouro nacional” (idem).

É também como expressão identitária da nossa cultura que o azulejo é exaltado por muitos dos autores que se debruçaram sobre o seu estudo. Esta peça artística/decorativa é desde logo fruto de um traço civilizacional que durante um longo período da história nos caracterizou e que se constituiu, em muitos aspetos, exemplar na forma de estar no mundo: uma “cultura dialogante e expansiva” (Pereira, 1995, p.7). Esta abertura e capacidade de diálogo com outras culturas surgem espelhadas na história do azulejo português que nos permite vislumbrar, para além das influências centro-europeias, marcas da Reconquista Cristã (com a curiosa permanência pacífica dos muçulmanos em território nacional); traços da Expansão Marítima (com a reprodução do imaginário exótico então descoberto – fauna e flora – por vezes surpreendentemente mesclado com a simbologia cristã) e essências do contato mercantil com o Oriente (nomeadamente técnicas, cores e padrões). Contudo, como salientam Melo (2002): “Na evolução do azulejo português, está a sua capacidade de assimilação de variadas influências, sem perda de identidade.” (p.17) e Meco (1985) na mesma linha de pensamento fala-nos da “capacidade de absorção dos mais variados elementos sem perda de personalidade” (p.6). E este constitui-se como um dos aspetos que mais acrescenta valor a estas peças de barro vidrado.

Não menos surpreendente é o modo como os azulejos são também tela de diálogo com o interluctor, veículo de expressões variadas: manifestação do culto traduzido na vasta obra de iconografia e/ou de narrativa religiosa e, simultaneamente, recurso didático para a catequização<sup>1</sup>; plataforma satírica e de expressão jocosa; tela de cristalização do espaço e tempo antes da chegada da fotografia<sup>2</sup>; veículo de propaganda nacionalista e glorificação dos mitos e heróis da História de Portugal; plataforma de ostentação da classe social e manifestação de uma

---

<sup>1</sup> Recorde-se que para além do analfabetismo que grassava por entre a maioria da população, até há poucas décadas, as liturgias eram proferidas em latim.

<sup>2</sup> Um dos painéis de azulejos que encontramos no Museu Nacional do Azulejo, denominado “*Grande Vista de Lisboa*”, constitui-se como um documento histórico na medida em que ilustra a cidade de Lisboa, vista do Tejo, antes do terramoto de 1755.

riqueza emergente<sup>3</sup>. A intencionalidade subjacente à aplicação dos painéis de azulejos e a leitura renovada que agora fazemos dela, que lhes empresta um carácter único, original e um valor inestimável como obra de arte eclética e como documento/monumento histórico

Para além da originalidade e expressividade, outra das razões para que a produção portuguesa tenha especial relevo no contexto mundial da criação artística deve-se à permanência da sua utilização ao longo dos séculos (Pais, 2002), motivo que talvez levou Simões (2001) a considerar o azulejo “como que uma «fatalidade» portuguesa<sup>4</sup>” (p.173), sem nenhuma especificidade regional ou atida a qualquer tipo de arquitetura. Apesar de alguns períodos de estagnação artística e alguns decretos cíclicos de desuso, o certo é que o azulejo português se manteve à tona das modas arquitetónicas. Ainda que sofrendo a inevitável influência dos padrões estéticos de cada época, são um verdadeiro caso de sucesso darwiniano aplicado ao universo da criação artística: sobrevivência pela reinvenção permanente.

## METODOLOGÍA

A investigação foi realizada no contexto da prática de ensino supervisionada, em duas escolas urbanas do Norte de Portugal - Escola do 1º Ciclo e Escola do 2º Ciclo - mais especificamente numa turma de 25 alunos do 3.º ano (8-9 anos; 11 raparigas, 14 rapazes) e numa de 25 alunos do 5º ano (10-11 anos; 10 raparigas, 15 rapazes).

A intervenção em sala de aula, dado o seu propósito pedagógico-investigativo, assentou numa metodologia de investigação-ação (Latorre, 2003), desenvolvida em sintonia com as propostas construtivistas baseadas sobretudo na teoria defendida por Fosnot, (1999) e segundo o modelo de aula-oficina preconizado por Barca (2004), que se traduziu na realização de tarefas desafiadoras no ensino da História, algumas realizadas individualmente, outras a pares ou em grupo, onde as crianças atuaram com autonomia; confrontaram as suas ideias com os outros e aprenderam a gerir os conflitos resultantes das recém-introduzidas dinâmicas de grupo; foram ouvidos na expressão das suas opiniões e tomadas de posição; construíram ideias e conhecimento histórico, que se revelaram em diferentes níveis de pensamento histórico, resultantes da interação e confronto entre diferentes fontes (incluindo o diálogo entre pares) e os seus conhecimentos prévios.

Do ponto de vista investigativo e visando a obtenção de dados que, em linha com a investigação em cognição histórica, permitissem responder a questões sobre evidência e consciência patrimonial a partir de fontes patrimoniais iconográficas, foram aplicados - tendo como tema transversal os azulejos - os seguintes instrumentos:

- a) instrumentos de observação e reflexão: observação direta, sistemática e participante da professora-estagiária; notas de campo e diários de aula
- Intervenção no 1º ciclo -
- b) Guião de Atividade (Conceções prévias + Questão de opinião)

---

<sup>3</sup> Até meados do século XVIII os azulejos eram um privilégio da nobreza e do clero e só no final do século XVIII, com a industrialização, passou a poder ser encomendado pela burguesia (Matos, 2011).

<sup>4</sup> Retirado originalmente do texto “*Itinerário de Azulejos*”, publicado no Boletim do Auto-Clube Médico, Ano II, nº5 (Lisboa, Setembro de 1957)

- c) Grelha de registo das respostas do debate (Argumentação/Tomada de posição)
- d) Guião de perguntas/Registo das respostas
- e) Texto narrativo/descritivo (elaborado pelos alunos)
- f) Visita de estudo
- g) Referendo informal
- h) Ficha Metacognitiva
- Intervenção no 2º ciclo -
  - i) Questionário de literacia visual
  - j) Ficha de atividades de literacia visual
  - k) Registo da ordenação cronológica de painéis de azulejos historiados
  - l) Questão sobre visita de estudo à Sé de Braga
  - m) Ficha Metacognitiva

No 1º Ciclo definiram-se quatro etapas de atuação para serem desenvolvidas ao longo de cinco sessões, uma vez por semana, ou no período da manhã ou no período da tarde (180' ou 120'), com exceção da visita de estudo que ocupou integralmente o dia de aula; e no 2º ciclo foram pensadas três etapas, com diferentes objetivos, para serem desenvolvidas ao longo de quatro sessões (90'+45'+90'+45').

Apesar das questões de investigação serem as mesmas para os dois ciclos - "Como interpretam os alunos a evidência nos painéis de azulejo?" e "Que valor atribuem ao azulejar no contexto do património local e nacional e que eventual relevância teve este projeto nessa valorização?" - no 1º ciclo o enfoque foi colocado nos dados que remetiam para a existência (ou não) de consciência patrimonial nos alunos, no 2º ciclo os dados recolhidos têm sobretudo o propósito de responder a questões relacionadas com literacia visual e a construção da evidência. Não se tratou de uma opção inicial de investigação, mas de uma adaptação da investigação às circunstâncias. Os dois ciclos são por isso - e também pela diferença de idades - analisados separadamente.

## RESULTADOS E DISCUSIÓN

Dada a diversidade dos instrumentos e portanto dos dados recolhidos, neste artigo apenas serão abordados alguns resultados que se vieram a afigurar como relevantes para as conclusões finais.

Os dados foram tratados de forma quantitativa - estatística simples - e, sobretudo no 1º Ciclo, de forma qualitativa, através da categorização das respostas em níveis diferenciados de pensamento, inspirada no modelo de análise Grounded Theory proposto por Strauss e Corbin (1990), do qual se destaca sobretudo a possibilidade de teorização e construção do conhecimento por parte do investigador a partir da análise dos dados. Esta proposta da Grounded Theory teorizada por Strauss e Corbin (1990) ficou conhecida como a dos procedimentos analíticos, na medida em que o investigador procura desenvolver sistemática e indutivamente uma teoria que explique processos, ações ou interações, mediante a identificação de categorias que vão emergindo da análise e comparação dos dados.

No 1º Ciclo alguns dos instrumentos, nomeadamente o b), o c) e o g) (vide METODOLOGÍA) debruçaram-se na avaliação da consciência patrimonial dos alunos. De forma a permitir uma visão organizada das respostas dos alunos às questões dilemática levantadas pelos instrumentos, os dados foram agrupados em diferentes categorias de consciência relativamente a assuntos que envolvem o património e a sua preservação. Os diferentes níveis ou categorias, assim como os indicadores/critérios/descriptores que os caracterizam, foram criados com base no espectro de respostas dos alunos e apoiados em categorizações desenvolvidas por outros autores (ex: Rüssen, 2001, Seixas & Clark, 2004; Pinto, 2011) ou ainda na legislação portuguesa (ex: Lei 107/2001).

A tabela que se segue (Tabla 1) é um exemplo do modelo de categorização mencionado, e reúne as respostas à questão lançada no debate promovido pelo instrumento c): “Restaurar ou não os azulejos? Com que argumentos?”. A recolha das opiniões dos alunos foi realizada através da interpelação dos alunos, um a um, por via oral, com registo das respostas num quadro, após debate livre, mediado pela professora/investigadora.

Algumas das categorias que emergiram das respostas dos alunos revelam que não existe linearidade nesta questão e portanto não existe uma consciência, mas consciências, tantas quanto as motivações que as subjazem, uma vez que não se pode afirmar, com confiança, que entre o “Tipo Tradicional” e o “Tipo Exemplar” existe mais ou menos consciência, mas sim diferentes formas e complexidade no pensamento. Não se trata tanto de quantificar ou produzir um ranking, mas sim de compreender matrizes de pensamento.

Tabla 1: - Categorização da consciência patrimonial dos alunos à questão 1 do instrumento c) (baseada em Rüssen, 2001)

Categorias	Indicadores	Respostas dos alunos	Ocorrência
Tipo vago	Assume uma posição relativamente à recuperação do património, sem apresentar qualquer argumentação ou atem-se a elementos estéticos	"Sim. Ficava bonito" "Não. Poderia ficar feio"	5
Tipo matricial	Os azulejos obtêm a sua valorização numa perspectiva economicista associada ao valor do imóvel integrado no património arquitetónico, devendo por essas razões ser preservado.	"Sim. Mantinha a traça original" "Não. Mais trabalho" "Não. Estavam há muitos anos, podiam deitar fora" "Não. Os novos não tinham tanto significado" "Não. Estavam estragados"	11
Tipo tradicional	Os azulejos são encarados como legado de tradição para o presente com reflexos no futuro, ou seja, são valorizados como heranças ou modelos identitários para uma manutenção das tradições culturais e modos de vida que unam a gerações num percurso civilizacional.	"Sim. Tinham muitos anos" "Sim. Eram antigos e gostavam muito deles" "Sim. Fazem parte da família" "Sim. Valiosos para a família"	6
Tipo exemplar	Os azulejos são encarados como tendo uma função didática e um cunho cultural, devendo ser preservados pelas entidades responsáveis como legado histórico.	"Sim. Poderia ser uma casa museu"	1
Ausência	Ausência de resposta		2



Nas questões mais focadas na leitura e interpretação da fonte patrimonial, o instrumento e) evidenciou que a interpretação dos painéis de azulejos por parte dos alunos, na sua maioria, é expressa através de descrições simples e genéricas do conteúdo, complementadas com algumas considerações adicionais, mas poucos são os que inferem, a partir desse conteúdo, outras informações ou criam novas.

De uma forma mais global, dos dados analisados, importa sublinhar sobretudo uma mudança concetual relativamente à consciência patrimonial evidenciada pelos alunos, quando é feita uma análise comparativa entre o início o final do projeto. Simultaneamente às descobertas e aprendizagens sobre o suporte material do azulejo e o seu processo de restauro ou sobre os monumentos locais que se destacam pelo seu património azulejar, os alunos foram ficando sensibilizados para a importância deste património na sua cidade e tomaram consciência da necessidade de o preservar. A estes resultados não será certamente alheia a oportunidade de experienciar de perto e com intencionalidade o legado azulejar. As razões avançadas para o restauro e preservação são diversas, e foram sendo avançadas ao longo dos trabalhos (vide Tabla 1: Indicadores), mas o somatório dessas razões confluiu, no final do projeto, para uma defesa quase unânime do restauro desse património. Ainda que estes não fossem os objetivos da investigação - que pretendia apenas obter dados reveladores da existência ou não de consciência patrimonial nos alunos em idades tão precoces - eram porém os objetivos da didática, e os resultados são um forte incentivo para a utilização dos azulejos como ferramenta didática acessível de aproximação dos alunos ao património local e disrupção, alteração conceptual e sensibilização para as questões de preservação desse património.

No 2º Ciclo, os resultados focaram-se na leitura e interpretação de fontes iconográficas com enfoque em painéis de azulejos historiados de acontecimentos e figuras do século XV (tais como a Batalha de Aljubarrota-1385; a Padeira de Aljubarrota; Casamento de D. João I) e na avaliação da capacidade dos alunos em realizar inferências sobre contextos e situações contidos nessas fontes - para dar sobretudo resposta à questão de investigação 1) Como interpretam os alunos a evidência nos painéis de azulejo?.

Os dados obtidos indicam ainda que os alunos apesar de usarem mais vezes mapas, frisos cronológicos, árvores genealógicas e os documentos históricos ou partes selecionadas dos mesmos, demonstram em teoria, confiança na sua capacidade analítica e de compreensão das fontes iconográficas em geral. O estudo apurou que os alunos, na sua maioria, identificam as figuras históricas e os acontecimentos (designando-as pelo nome ou posição social) e quando são chamados a fazer uma descrição das imagens, na sua maioria são bastante extensos nas suas respostas descritivas e fazem-no com bastantes detalhe (comparativamente ao 1º ciclo onde a análise dos dados evidenciou que a interpretação dos painéis de azulejos por parte dos alunos, na sua maioria, é expressa através de descrições mais simples e genéricas do conteúdo, complementadas com algumas considerações adicionais); mobilizam conhecimentos e elementos cronológicos trabalhados anteriormente; utilizam expressões relacionadas com o contexto histórico; são sensíveis aos sentimentos transmitidos; fazem inferências a partir de contributos visuais simbólicos (uma diferença assinalável relativamente ao 1º Ciclo onde poucos são os alunos que inferem outras informações ou criam novas, a partir dos conteúdos iconográficos nos azulejos) e alguns são ainda capazes de fazer o cruzamento de fontes escritas e visuais; justificam a antiguidade das imagens com argumentos históricos e cromáticos; quando comparam imagens atêm-se sobretudo a elementos de conteúdo e ao suporte material e, ainda que apenas com relativa relevância, focam-se em marcadores temporais e em indicadores espaciais. Com as devidas ressalvas do uso de uma amostragem pequena, parece viável afirmar

que genericamente estes alunos possuem competências de literacia visual desenvolvidas, na medida do que se acaba de mencionar nos parágrafos cimeiros. Ainda que não seja linear é também possível pensar-se que estes resultados estão também na base do raciocínio inferencial e dedutivo que os alunos demonstraram, sobretudo nas fichas de análise comparativa de imagens.

Uma das poucas questões que se debruçou sobre os aspetos da valorização do património foi a Questão 2 da Ficha Metacognitiva (instrumento m) - "A leitura e interpretação de imagens, em particular dos painéis de azulejos, ajudou-te a compreender melhor os conteúdos de História e Geografia de Portugal?". Focada a questão na valorização específica das fontes patrimoniais iconográficas no contexto do ensino, as respostas a esta pergunta permitiram perceber e agrupar os alunos em duas categorias de resposta: aqueles que valorizam sobretudo a função didática da fonte icónica como fonte de conhecimento histórico ("Porque no início não estava a perceber muito bem o século XIV, mas depois quando a professora mostrou os painéis de azulejo compreendi melhor"; "Com os azulejos compreendia melhor as imagens e os tempos"; "Ajudou-me a compreender tempos históricos"; "Retratam momentos históricos que nos ajudam a perceber melhor a História"; "Uma imagem vale mais do que mil palavras"); e os que tendem a destacar a função histórica, ou seja, a encarar o azulejo como fonte de evidência histórica ("Sim, porque através destes painéis demonstra o que aconteceu"; "mostram imagens importantes da história"; "têm representado muitos momentos da História ajudam a saber muito mais sobre história").

Da análise dos dados importa ainda referir que algumas das conceções erradas da ordem temporal dos acontecimentos que se manifestaram na resposta aos instrumentos vieram reforçar a importância de o professor não usar isoladamente este recurso (painéis de azulejos), mas sim cruzado com outras fontes (icónicas e textuais) sobre a temática em estudo, nomeadamente os frisos cronológicos, para que haja uma efetiva construção de conhecimento histórico válido e sustentado no rigor histórico.

## CONCLUSIONES

Este tipo de estudo permite não só reforçar a possibilidade de combinar ação pedagógica com investigação realizada pelo professor titular da turma no Ensino Básico; como também a oportunidade de um debruçar exploratório, mais focado e valorativo, sobre o património local e sobre uma tipologia de fonte patrimonial desconhecida da maioria dos alunos que sendo comum a quase todo o território nacional e estando fisicamente acessível a todos, pode constituir-se, neste sentido, como um instrumento de trabalho democrático que traz à luz pontos do currículo cada vez mais negligenciados nas diretrizes curriculares portuguesas e, paradoxalmente, mais urgentes de trabalhar, pela complexidade da realidade, tais como a literacia visual; a história, a identidade e a cidadania consciente e ativa; as expressões e o pensamento (histórico, científico, crítico; artístico, etc); e o trabalho colaborativo (aluno-aluno, aluno-professor, escola-outros organismos da sociedade).

Este projeto possibilitou ainda levantar o véu de uma presença embrionária e plural de consciências patrimoniais (Seixas, 2004) em função de diferentes tipologias de razão, ainda que, à partida, pela aparente indiferença aos valores patrimoniais locais e dada a idade dos alunos, não fosse expectável; assim como também permitiu perceber a relevância - pela sua capacidade transformadora - de uma prática didática que procure, em sala de aula e fora dela, criar laços com elementos patrimoniais (desafiando os alunos a serem historiadores, embaixadores, guias; colocando os alunos em contacto próximo e vivido com esses elementos em visitas de estudo ou incorporando os elementos no seu espaço familiar, como a sala de aula (ex: atelier); lançando debates cívicos subordinados a dilemas e indagações morais e lógicas (E se...?)).

Do ponto de vista da investigação/intervenção aqui analisada, o fim último (ainda que não o único) destes esforços de potenciação da consciência histórica e patrimonial - sobretudo através do ensino da História e de um contacto com as fontes patrimoniais locais mais próximo e acompanhado de uma análise articulada entre as diversas áreas disciplinares desses legados materiais - é sobretudo desenvolver ferramentas mentais para a desconstrução e reconstrução das realidades individuais e coletivas e para a resolução dos problemas que as atingem, dos mais comecinhos e rotineiros aos mais superlativos. Um trabalho debruçado no passado, que se constitui presente para os alunos que contactam com ele, pode criar soluções para essa realidade vivida, na medida em que lhes permite “encontrar pistas para a compreensão do seu próprio tempo.” (Manique & Proença, 1994; p. 55), seja pelo exemplo, seja pela criação de novos caminhos que só um pensamento crítico capaz pode criar.

Nesse sentido, sobretudo nos contextos como os que esta intervenção encontrou, um projeto consistente e continuado no tempo, debruçado sobre o património histórico local, poderá trazer para o ensino uma janela de abertura através da qual os alunos, desde idades precoces, possam olhar criticamente, debater e compreender o mundo social, económico e político onde se inserem, interagem e do qual são herdeiros, para que possam atuar sobre ele como agentes de mudança. E operar sobre a realidade, ou mesmo sobre novas realidades que a contemporaneidade tende a produzir a um ritmo desconcertante, e fazê-lo com capacidade transformadora e não apenas reprodutora ou reativa, exige a compreensão da sua globalidade: não só das partes que a constituem isoladamente, mas da forma como essas partes se interrelacionam e os pontos de articulação entre elas. Ora, o legado azulejar, como se foi tornando evidente ao longo do projeto, pode ser potenciado como uma ferramenta capaz de criar uma dinâmica enriquecedora entre várias áreas curriculares (Português, História, Expressões, Matemática), fortalecendo nos alunos competências para um esquema de pensamento desejavelmente holístico.

Esse mesmo legado pela sua riqueza, proximidade e tangibilidade pode constituir-se também como uma importante fonte de indícios para que o aluno-historiador possa criar a evidência. Entre a objetividade da fonte e a produção subjetiva da evidência, estabelece-se um diálogo que se alimenta das vivências de cada indivíduo - e isso tornou-se algo evidente na diferença entre os dois ciclos, neste ponto específico de análise - pelo que quanto maior for o seu conhecimento histórico e o contacto com este tipo de fontes mais completo será este diálogo que nem sempre é consciente ou, tão pouco, integralmente acessível a quem observa mas que de forma racional e/ou emocional pode ser intermediado pela Educação Histórica e Patrimonial no sentido de o potenciar e o complexificar.

Este projeto, em pequena escala, procurou compreender ou pelo menos tomar conhecimento desses diálogos entre a fonte e a evidência produzida, tentando de alguma forma ser também intermediário na sua potenciação. Porque mesmo que essas leituras e interpretações que fazem sejam pouco prováveis ou mesmo erradas do ponto de vista científico, no processo de “adivinhação” ou lançamento de hipóteses, tal como refere Cooper (2012), os alunos estão já a travar conhecimentos com o processo de questionamento histórico e este é sobretudo um processo de aprendizagens sucessivas relativamente ao qual esta autora (1995 cit. por Solé, 2009) não tem dúvidas que elas, as crianças, são capazes de realizar, tanto ao nível da observação como do pensamento inferencial.

Sobretudo no 2º Ciclo, as fichas de trabalho, que se focaram na leitura e interpretação de fontes iconográficas e na avaliação da capacidade dos alunos em realizar inferências sobre contextos e situações contidos nessas fontes - para no fundo dar resposta à questão de investigação 1) Como interpretam os alunos a evidência nos painéis de azulejo? - tiveram esse propósito, para além de procurarem, simultaneamente, desenvolver competências de literacia visual, fundamentais para a leitura dos contextos e dos objetos/imagens.

Deste modo, o universo estético azulejar, como parte integrante das fontes iconográficas, estabelece-se, também neste domínio, como um suporte de trabalho que se destaca como ponto de partida para o desenvolvimento de um pensamento mais indagador, indutivo, dedutivo e analítico, no qual se suporta o método de pesquisa histórica, bem como todo o pensamento científico. E o foco do sucesso da construção sólida desta matriz de pensamento incide na tarefa e não na faixa etária da criança (Cooper, 1991 cit. em Solé, 2009). Uma vez familiarizado com uma grelha e um *modus operandi* de observação e pensamento, facilmente o aluno alarga esse paradigma, com os devidos ajustes contextuais e de objeto, para qualquer outro problema da mesma tipologia, com que seja confrontado.

## BIBLIOGRAFÍA

Barca, I. (2004). Aula Oficial: Do projeto à Avaliação. In I. Barca (Org.). Para uma Educação Histórica de qualidade. Actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica (pp. 131-144). Braga: CIED, Universidade do Minho.

Barca, I. (2003). Museus e identidades. In Isabel Barca (Org). Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica (pp.97-104). Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Cooper, H. (2012). History 5-11. A Guide for teachers. London: Routledge.

Fosnot, C.T. (1999). Construtivismo e Educação. Teoria, perspectivas e práticas. Lisboa: I. Piaget Editora.

Latorre, A (2003). La investigación-acción. Conocer y cambiar la práctica educativa. Barcelona: Editorial Graó.

Manique, A. P. & Proença, M. C. (1994). Didáctica da História, Património e História Local. Lisboa: Texto Editora.

Meco, J. (1985). Azulejaria portuguesa. Amadora: Bertrand.

Melo, M.A (2002). A Rota do Azulejo: Um Percurso pelo Azulejo de Viana do Castelo. Viana do Castelo: Edição VianaPolis S.A.

Mendes, J. A. (2015). O património. Dar futuro ao passado. Barcarena: Santilhana.

Pais, A. et al. (2002). A arte do azulejo em Portugal. Lisboa: Instituto Camões.

Pais, J. M. (1999). Consciência histórica e identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu. Oeiras: Celta Editora.

Pereira, J.C (1995). As Colecções do Museu Nacional do Azulejo, Lisboa. Londres: Zwemmer.

Pinto, H. (2011). Educação Histórica e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Especialidade de Educação em História e Ciências Sociais. Braga: Universidade do Minho Instituto de Educação.

Roldão, M. (1995). O Estudo do Meio no 1º Ciclo – Fundamentos e Estratégias. Lisboa: Texto Editor

Rüsen, J. (2010). O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In M. A. Schmidt; I. Barca and E.R. Martins (Org.), Jörn Rüsen e o ensino de História (pp. 51-77). Curitiba-Paraná: Editora UFPR.

Seixas, P. (2004). Introduction. In P. Seixas (Ed.), Theorizing historical consciousness (pp. 3-20). Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press. Consciência histórica.

Seixas, P. & Clark, P.(2004). Murals as Monuments: Students' Ideas about Depictions of Civilization in British Columbia. American Journal of Education (110). The University of Chicago.

Solé, G. (2009). A História no 1º Ciclo do Ensino Básico: a Conceção do Tempo e a Compreensão Histórica das Crianças e os Contextos para o seu Desenvolvimento. Tese de doutoramento em Estudos da Criança, na Área de Estudos do Meio Social, apresentada à Universidade do Minho.

Solé, G. (2014). O Património arqueológico como recurso para o desenvolvimento da consciência histórica e patrimonial: um estudo com os alunos da Licenciatura de Educação Básica. In Glória Solé (Org.). Educação Patrimonial: novos desafios pedagógicos. Braga: CIEd, Universidade do Minho. E-book [ISBN: 978-989-8525-31-4]

Strauss, A. & Corbin, J. (1990). Basics of qualitative research: Grounded theory, procedures and techniques. Newbury Park: Sage.

## WEBGRAFÍA

Serrão, V. (2009). A História da Arte em Portugal e a consciência do estudo e salvaguarda do Património histórico-cultural. Comunicação apresentada na Conferência O património como oportunidade e desígnio. Ciência, sociedade e cultura.- Conferência 1: Património e História da Arte. U.Coimbra. Disponível em

[http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2009/Vitor%20Serrao\\_DIMS.pdf](http://icomos.fa.utl.pt/documentos/2009/Vitor%20Serrao_DIMS.pdf) [acedido em 22 de Junho de 2015].

## DOCUMENTOS

Carta de Cracóvia, 2000 [acedido em 14 de junho de 2015  
<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>]

Carta Europeia do Património Arquitectónico, 1975 [acedido em 14 de junho de 2015  
<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>]

Constituição da Republica Portuguesa (2005), artº 78 [acedido em 8 de dezembro de 2014  
<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>]

Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro- Lei do Património [acedido em 14 de junho de 2015  
[http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/lei\\_org\\_n](http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/lei_org_n)

ME - Ministério da Educação (2004). Organização Curricular e Programas do Ensino Básico do 1º Ciclo. Lisboa: Direcção Geral do Ensino Básico. [acedido em 25 de Novembro de 2014  
[http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Estudo\\_Meio/eb\\_em\\_programa\\_1c.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Estudo_Meio/eb_em_programa_1c.pdf)